

Artigo recebido em
24/03/2014
Aprovado em
20/05/2014

CARLA REIS LONGHI
PUC/SP e UNIP-
CARLALONGHI@UOL.
COOM.BR
DOUTORA EM HISTÓRIA
SOCIAL PELA USP/SP
E PÓS-DOCTORANDA
EM COMUNICAÇÃO
SOCIAL PELA FACULTAD
DE CIENCIAS DE LA
INFORMACIÓN DE
LA UNIVERSIDAD
COMPLUTENSE DE
MADRID. É PROFESSORA
TITULAR DO PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM COMUNICAÇÃO
UNIP. ATUALMENTE É
COORDENADORA DO
CURSO DE HISTÓRIA DA
PUC/SP

Da informação jornalística à informação institucional: a constituição de sentido

Carla Reis Longhi

Resumo

Este artigo visa refletir sobre os modos como a ditadura civil-militar brasileira entendeu a produção do jornalismo impresso, analisando os diferentes modos de apropriação e ressignificação da informação jornalística como informação institucional. Assim, o nosso foco é institucional, ponderando sobre a informação jornalística a partir do olhar e interesse do Aparato Repressivo. Esta reflexão é parte de pesquisa mais ampla, que analisou a constituição do aparato repressivo da ditadura militar, analisando a documentação de comunicação SNI-DEOPS/SP no período de 1964-1984. Para este artigo utilizamos a reflexão de Bakhtin para analisar as vozes, condições de enunciação e constituição de estilo visando a reflexão sobre a produção discursiva.

Palavras-chave: mídia impressa, informação, discurso

Abstract

This article aims to reflect on the ways that civil-military Brazilian dictatorship understood the production of print journalism, analyzing the different modes of appropriation and redefinition of journalistic information as institutional information. Thus, our focus is institutional, pondering journalistic information from the point of view and interest of the repressive apparatus. This reflection is part of broader research, which analyzed the constitution of the repressive apparatus of the dictatorship, analyzing documentation of communication SNI-DEOPS/SP of the period of 1964-1984. For this article we used the reflection of Bakhtin to analyze voices, conditions of enunciation and style constitution aiming a reflection about the discursive production.

Keywords: print media, information, speech

Relações mídia-estado

Este artigo propõe a reflexão sobre as relações estabelecidas entre a mídia impressa e o Estado, considerando o contexto específico da ditadura civil-militar brasileira. Para isto, iniciamos com uma ponderação geral sobre as relações mídia impressa-Estado, caminhando para as especificidades do cenário brasileiro. Ao analisarmos as características da esfera pública na sociedade burguesa, constatamos que a mídia impressa, de forma geral, e o jornalismo impresso, de forma específica, sempre tiveram uma relação direta e umbilical com a ascensão burguesa. Habermas (1984) nos mostrou que o jornal surgiu, primeiramente, com a função de registro das atividades econômicas dos comerciantes burgueses e uma garantia de circulação das informações referentes à produção e ao comércio entre os interessados. Com o tempo, o jornal impresso se disseminou e passou a representar uma forma de construção de representações sociais deste grupo, pela visibilidade possível garantida por esta mídia. A esta condição Habermas denominou de “Esfera Pública Literária”. Esta esfera foi imprescindível para que este grupo social constituísse canais e formas de representação, o que contribuiu para a futura autonomia política deste mesmo grupo.

Ao ponderarmos sobre o contexto brasileiro, constatamos, em primeira instância, que a mídia impressa demorou muito para se disseminar e, segundo José Marques de Melo (2006), isto ocorreu menos em função de um controle exercido pela metrópole e mais

por não haver condições objetivas para a sua proliferação, o que significa dizer que não havia uma burguesia forte e estruturada que necessitasse deste tipo de comunicação. Assim, ainda segundo este autor, somente após três séculos da instalação da tipografia na América é que passamos a utilizar a mídia impressa com regularidade. Esta é organizada com a vinda da família real para o Brasil e nasce sob o controle dos censores, pelo interesse da Corte portuguesa. Com a independência do país, proliferam jornais em vários estados, mas mesmo os da capital apresentavam atividades limitadas, já que o Primeiro Reinado no Brasil estruturara uma atividade política extremamente centralizada nas mãos do Imperador e de um seleto grupo de políticos atuantes. Esta situação começa a se modificar com a ascensão de D. Pedro II, que estruturou o poder com uma maior margem para os embates políticos.

Esta pequena digressão nos ajuda a perceber que as atividades do jornalismo impresso sempre estiveram vinculadas aos interesses e possibilidades de atuação dos diferentes setores da burguesia e sempre estiveram, também, em confronto ou composição com interesses de Estado. Propomos um aprofundamento da reflexão sobre estes vínculos, analisando, por um lado, algumas características próprias do jornalismo impresso e, por outro lado, algumas características específicas do pensamento político brasileiro.

O discurso da objetividade

Antônio Hohlfeldt (2001), em artigo que reflete sobre o jornalismo, faz interessante estudo sobre os critérios utilizados por jornalistas e manuais

de redação para a confecção do texto jornalístico, bem como, para a análise dos mesmos. O autor percebeu que o aspecto de maior destaque, considerado o mais relevante, para a avaliação dos mesmos foi a categoria **objetividade**. Alceu Amoroso Lima traduz o entendimento de boa parte dos profissionais da área:

O importante é manter contato com o fato. Tudo o mais deriva daí (...). O primado do objeto, pois, é soberano no jornalista. O jornalista que divaga em torno do fato ou o deturpa, toma-o apenas como pretexto, generaliza facilmente, ou está mal informado, não é um bom jornalista (...). Essa objetividade, junto às qualidades anteriormente analisadas, é que determina as características intrínsecas do estilo jornalístico. (LIMA, 2001, p. 116-117)

Como já exposto por José Marques de Melo (2006) devemos situar esta fala no tempo e no espaço. Duas versões para o entendimento deste conceito circularam ao longo do século XX. A primeira, representando uma visão européia, propriamente francesa, compôs objetividade com subjetividade, permitindo ao jornalista a exposição de um estilo pessoal, argumentativo, opinativo, com perfil mais apaixonado e, no dizer do autor, impetuoso. Em oposição a esta, houve o estilo inglês, que se coadunou mais diretamente ao modelo brasileiro e que associava objetividade à imparcialidade e contenção. Estas visões, ao longo deste mesmo século, sofreram revezes, notadamente nos EUA, dada a forte influência da indústria do entretenimento, o que gerou, em contrapartida, uma busca da retomada do sentido original inglês, mas redimensionado pela intensificação da racionalidade industrial, própria deste

mesmo século. Aqui, cria-se nova camisa de força, associando objetividade à contenção de despesas, isto é, de tempo e espaço de palavras. Na prática, gerou-se um formalismo e padronização que significou nova camisa de força.

“Além de tolher a criatividade do jornalista, o culto da objetividade – sacramentado nos manuais de redação, canonizado pelas instruções de serviço – significou **a diminuição da capacidade de aferir a realidade**. O referencial para essa tarefa era-lhe oferecido pelo pauteiro, que refletia inevitavelmente a orientação da empresa.” (MELO, 2006, p. 44) [grifo nosso]

Avançamos, aqui, para o contexto de nosso objeto, a informação jornalística como informação governamental em plena ditadura militar. Esta década foi um divisor de águas, também para o jornalismo. Além do golpe em si, que redimensiona as políticas econômicas, a prática política partidária e governamental e todo o debate cultural, nós devemos ponderar sobre as mudanças de cunho cultural, diretamente relacionadas ao aprimoramento da “indústria cultural”¹ em nosso país, e então, ao desenvolvimento das mídias massivas e peso dado à tecnologia para o pensar cultural. Não é por acaso que Marques de Mello indica que

“(...) seguramente, também em função do processo modernizador que se instaura nas empresas de comunicação, como decorrência da importação de novas tecnologias para a imprensa, observa-se nas redações das empresas jornalísticas um surto de preocupações com a própria prática jornalística. Para dizer com mais precisão: emerge uma corrente voltada para a técnica jornalística, com a melhoria dos padrões editoriais, enfim, com a modernização dos processos de

1- Não discutiremos aqui a conceituação de indústria cultural, bastante polêmica. Utilizamos o termo, como senso comum, para nos referirmos ao grande investimento de capital, com o apoio do Estado em diversas áreas de produção cultural. No âmbito da mídia impressa é sintomática a proliferação de grande número de revistas segmentadas.

captação, codificação e difusão de mensagem noticiosa.” (MELO, 2006, p. 23)

Esta nova tendência conforma os ideários e práticas de uma corrente, prevalecente a partir desta década conhecida, segundo o autor, como “**técnico-editorial**”. Por um lado, esta corrente indica a preocupação com questões emergentes em seu tempo, no caso o aprimoramento técnico, o pensar sobre o fazer. Em função disto, espalham-se os cadernos de jornalismo, cujo conteúdo propõe o entendimento de novas técnicas e de procedimentos para o texto jornalístico, entre eles, a otimização do tempo no uso do espaço da notícia, que acabam influenciando o conteúdo

Além do golpe em si, nós devemos ponderar sobre as mudanças de cunho cultural, relacionadas ao aprimoramento da “indústria cultural”

dos cursos universitários da área. Por outro lado, acaba por fundamentar, ou melhor, refletir, uma tendência geral que se espalhava por outros países, já discutida acima, que priorizava a objetividade aos moldes ingleses, reforçada pela tendência norte-americana de racionalidade produtiva. Ou seja, os ideais circulantes “caíam como uma luva” no pensamento brasileiro daquela década que, por contingências próprias, vivia o

seu processo de centralização política e racionalização da cultura.

Considerando estes aspectos próprios do debate e reflexão sobre a produção jornalística, retomamos o entendimento de que a mídia impressa nasceu atrelada às questões sócio-políticas, o que nos leva a ponderar sobre as relações estabelecidas entre mídia impressa e ditadura civil-militar. Neste artigo privilegiamos a importância que a mídia teve para os governos militares, focalizando no olhar institucional; nosso objetivo é o de refletir sobre os modos de apropriação da informação jornalística pelos governos militares estabelecendo, então, como recorte espaço-temporal a análise da documentação de comunicação SNI-DEOPS/SP, no período de 1964-1984.

A ditadura se instaura com o primeiro ato governamental, o AI1 - Ato Institucional no. 1, publicado em 09/04/1964. O documento estabelece uma demarcação de sentido:

“À NAÇÃO

(...) O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar (...).” (Ato Institucional n. 1, apud ALVES, 1984)

Segundo Fiorin, “todo enunciado é dialógico” (FIORIN, 2008, p. 24) e o dialogismo pode se organizar e aparecer no texto de modos distintos; em sua forma composicional há maneiras visíveis de mostrar as vozes do texto. Vemos que o

documento traz a intencionalidade de apresentar a autoria militar com apoio da sociedade civil, nomeada Nação. A sociedade civil, aqui, não é uma voz, mas é incorporada intencionalmente como sujeito desta ação, trazendo uma clara concepção de sociedade que via os diferentes sujeitos, sujeitados aos interesses nacionais. Certamente esta construção discursiva visava garantir, em parte, a legitimidade do ato, que foi construído de diferentes maneiras. Assim, no pensamento bakhtiniano, o enunciado ganha uma dimensão muito importante, pois ele seria sempre um âmbito de constituição de significados, ou seja, cada enunciado tem um sentido dado em seu contexto que não se repetirá. Este enunciado marca uma autoria, como dito, e a leitura da totalidade do ato demonstra o peso discursivo da Nação, em sua necessidade em protegê-la e reconstruí-la e o que fosse óbice deveria ser controlado e cerceado. A ideia de óbice já aparecia na teorização do modelo de guerra próprio à realidade brasileira, formulado definitivamente pela Escola Superior de Guerra (ESG):

- Óbices são obstáculos de toda ordem (...) que dificultam ou impedem o atingimento ou a manutenção dos Objetivos Nacionais.
- Antagonismos são óbices de modalidade peculiar, por manifestarem atividade deliberada, intencional, contestatória à consecução ou manutenção dos Objetivos Nacionais.
- Pressões são óbices de grau extremo em que a vontade contestatória se manifesta com capacidade de se contrapor ao poder Nacional” (Manual da ESG apud Alves, 1984,

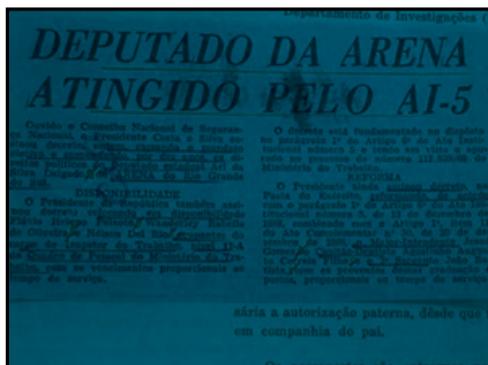
p. 51)

Vemos, assim, um contexto de enunciação de radicalização justificado pela preocupação com a Nação, na necessidade de construção de um novo projeto político-econômico, que precisa se institucionalizar. A institucionalização passa obrigatoriamente pelo controle da Nação, para a imposição do projeto proposto, de modo homogêneo e hegemônico, pois a discordância seria lida como óbices, antagonismos e pressões. Assim, a ditadura se inicia com uma grande onda de expurgos, em todas as instâncias institucionais, civis e militares, pautada pela chamada “Operação Limpeza”. Segundo Alves (1984) no prazo de três meses ocorrerá a prisão de cerca de 50 mil pessoas; 50 cassações de parlamentares federais, 49 juízes, 1408 funcionários públicos vinculados aos Ministérios civis e 1200 expurgos de militares, todos em 1964. O Maracanã, bem como embarcações da Marinha, transformaram-se em gigantescas prisões.

Neste processo vemos que o controle estará continuamente demarcado pela necessidade de informação. Esta ideia ganha força ainda no governo Goulart, quando este não consegue mobilizar o chamado “dispositivo militar” para a proteção do governo em relação ao princípio de golpe que se anunciava no fim de 31/03, provocando o grande questionamento sobre o porquê do descontrole institucional. Esta importância e necessidade do controle da informação se concretiza com a formação do SNI – Serviço Nacional de Informação, em 13/06/1964. Vemos que o entendimento vigente foi o de que informação é controle e este garante o

desenvolvimento nacional. Assim, toda e qualquer informação será valiosa, o que nos leva a reconstituir parte do percurso de construção da informação institucional. Esta se inicia com a formação do órgão responsável pela constituição da informação – o SNI. Ao observá-lo, um aspecto nos chama a atenção: este órgão não alterou os procedimentos de coleta e constituição da informação até o ano de 1969 e isto nos leva aos DEOPS, Departamentos Estaduais da Ordem Política e Social. Observemos as imagens abaixo, são documentos arquivados nas pastas de comunicação SNI-DEOPS/SP, constantes do Arquivo Público do Estado de São Paulo (Dossiês 20.C.02- 002/ 007):

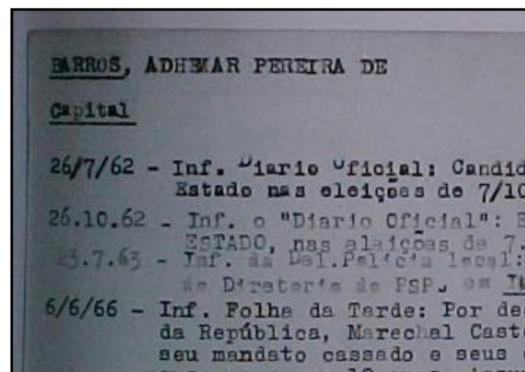
20C02 de comunicação SNI-DEOPS/SP apresenta suas pastas com arquivamento de documentação do período anterior ao golpe, entre 1943-1964 e, nestas, os artigos de jornais já estavam presentes. Assim, sobre a tipologia documental arquivada, constatamos que o SNI, em princípio, mantém o *modus operandi* constituído pelo DEOPS passando, contudo, a concentrar a documentação solicitada. Neste modo de processamento da informação, já havia o costume do arquivamento de matérias jornalísticas, procedimento que, como já dito, se manterá ao longo de toda a ditadura, tendo momentos de maior volume que outros. Por que ocorriam estes arquivamentos? Porque significavam importante material de consulta aos fatos necessários para o registro da movimentação social. Vejamos os exemplos abaixo:



A observação destes arquivos aponta para diferentes aspectos, destacando imediatamente a constância do arquivamento de recortes dos artigos de jornais. Ao longo de todas as pastas constantes dos Dossiês (1964-1983) esta tipologia documental está presente, nos moldes acima indicados, ou seja, o recorte do artigo, que pode conter indicação do jornal e data ou como no segundo caso, apenas o recorte e os dados de arquivamento. Ao atentarmos para o primeiro exemplo, notamos o arquivamento de artigo anterior ao golpe, datado de 1950. Isto porque o dossiê

Informes:

Em informação de 26/6/1969 do “Correio da Manhã”, consta que “por solicitação do encarregado do IPM, major Cesarino, o Conselho Permanente de Justiça decidiu decretar a prisão preventiva do defensor público do Estado do Rio Linzt Benjamim Vieira, das universitárias Vera Wrobel, Clarice Choncho e Fausto Machado Freire, ex-assistente da Divisão de Planejamento do Ministério da Educação. Informação a pedido do Dr. Tuma. São Paulo, 27 de abril de 1970” (Pasta 20.C.043- 005)



(Prontuário Adhemar de B.)

Acima temos a imagem de uma parte do prontuário de Adhemar de Barros. Os prontuários eram os registros feitos em fichas de pessoa física e jurídica ao longo de toda a existência do DEOPS. No caso do ex-governador, vemos que em 6/6/66 a informação registrada tem como fonte o *Jornal da Tarde* e na transcrição anterior a informação foi coletada do jornal *Correio da Manhã*. Assim, o procedimento de registro de pessoas, empresas, partidos ou grupos, como sindicatos e associações, se constituía, em boa parte, por informação jornalística. Esta constatação nos leva à dimensão atribuída à mídia impressa pelos órgãos repressivos do Estado.

Voltamos a esta correlação: os órgãos de informação do aparato repressivo do Estado viam a informação jornalística como informação fidedigna e, a nosso ver, isto ocorria pois havia o reconhecimento dos parâmetros constitutivos da informação jornalística: objetividade e imparcialidade ou verdade. Certamente somava-se o fato da agilidade de uma informação que é verdadeira. Vejamos o comentário abaixo:

A Polícia, para regular prestação de seus serviços, necessita da divulgação massiva de mensagem sobre: a) regras de prevenção criminal, por motivos óbvios; b) conseqüências da criminalidade, para, sensibilizando o público, obter a retro-informação, que lhe proporcionará o esclarecimento de inúmeras infrações; e c) seus próprios êxitos, para desestimular os que ainda se encontrem na fase dos atos preparatórios da infração (...)" (PEREIRA, 1976, p.71)

A própria polícia reconhecia a necessidade da visibilidade possibilitada pela mídia impressa,

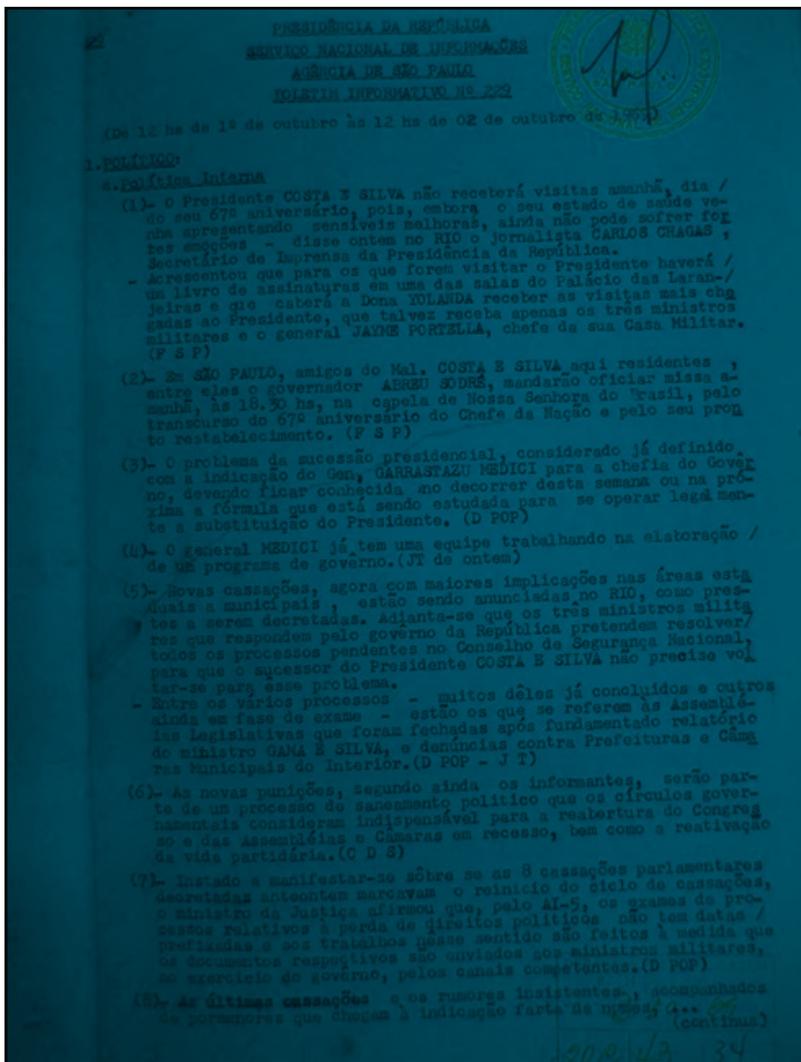
que era necessária para se fazer ver e para constituir informação sobre a sociedade. Além disto, justamente por partir das premissas da informação jornalística (objetividade e imparcialidade) assumiam seu *modus operandi* de construção da informação, em seus registros institucionais. Deste modo, afirmamos que os órgãos de informação do Estado se apropriaram do conteúdo, do formato e da função de visibilidade da informação jornalística. Ao retomarmos os aspectos básicos da composição temática de uma informação jornalística (o que/ quem/ quando/ onde/ como/ por que), percebemos que este procedimento era utilizado pelos membros da polícia civil², cujo entendimento era o de que as “técnicas de elaboração da notícia têm que responder basicamente a estas perguntas (que/ quem/ quando/ onde/ como/ por quê)”. Esta observação é reiterada em documento produzido pela Divisão de Comunicação (DICOM)³:

Artigo 10.º - As mensagens operacionais rotineiras (roubos, furtos, encontro de autos, lesões corporais, etc.) deverão ser padronizadas, com apenas os elementos necessários, constando sempre os: que, quando, onde, como e quem.

No momento de maior radicalização do regime, período conhecido como o do “golpe dentro do golpe”, verificamos que a apropriação da informação jornalística também se intensifica. Observemos o documento na próxima página:

2- Encontramos rascunhos de preparação de aulas (de onde retiramos as anotações acima) para as aulas ministradas na Academia de Polícia. Estes documentos constam dos arquivos pessoais do Delegado Bel. Edison Reis Longhi, professor da Academia de Polícia na cadeira de “Telecomunicações e Sistemas Operacionais” e membro da polícia civil, situado no DICOM – Divisão de Comunicação. Estes arquivos foram gentilmente cedidos pela família.

3- Arquivo particular do Delegado Bel. Edison Reis Longhi, documento intitulado “Portaria DGP”, 1978. No ANEXO 9 está disponibilizado um croqui do Organograma dos departamentos da Polícia Civil.



Trata-se de um tipo documental denominado “Boletim Informativo” (20.C.43, doc34), produzido de setembro de 1969 até junho de 1970, momento este de consolidação do governo de Garrastazú Medici. Podemos verificar que é um documento de produção diária, tendo sido arquivado todos os dias do período indicado e sendo o documento prioritário dos arquivos de comunicação SNI-DEOPS/SP no recorte de sua produção. Com isto destacamos o fato de se tratar, praticamente, de documentação exclusiva de produção no período.

Diferentes aspectos desta tipologia documental nos chama a atenção. O primeiro é o fato de que a partir deste momento a lógica de produção e difusão da informação se inverte e o Boletim será

produzido pelo SNI- Agência estadual e disseminado para os diferentes órgãos constituintes do Aparato Repressivo. O segundo aspecto diz respeito diretamente à relação com a informação jornalística. Podemos observar que ao final de cada item há uma sigla de um jornal. Em nossa pesquisa constatamos a estruturação deste procedimento. Os agentes da Polícia Política (DEOPS) catalogavam os jornais, como de costume e este material era enviado ao SNI, que trabalhava sobre a informação para a constituição de nova informação. Abaixo temos o registro efetuado sobre o jornal:



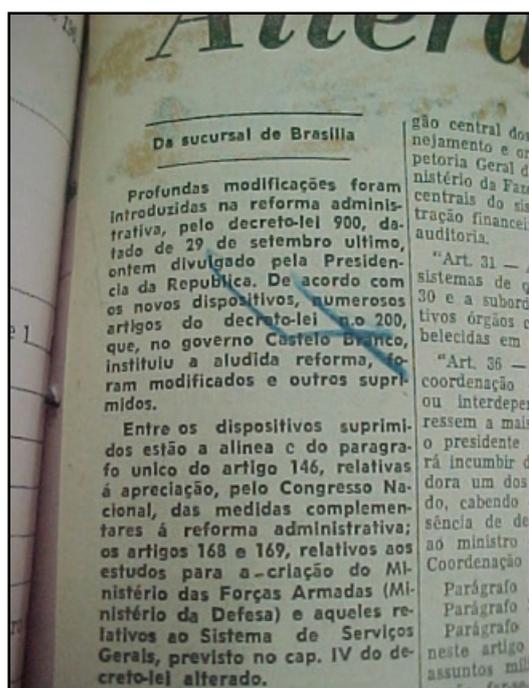
Podemos comparar a informação contida no jornal, com a informação registrada no Boletim e constatar o procedimento de ‘recorta e cola’ efetuado pelos órgãos de informação. Isto nos faz afirmar que no momento de maior radicalização da ditadura, a informação prioritária, circulante entre os órgãos do aparato repressivo foi a informação jornalística, na forma de Boletim. Alguns aspectos merecem aprofundamento

e utilizaremos a imagem abaixo para exemplificar. Trata-se de artigo de *O Estado de S. Paulo*, de 02/10/1969; o artigo ocupa página integral, o que garante imediatamente um grande destaque à matéria e à informação veiculada. Mas ao lermos a matéria integral, logo percebemos que não se constitui como um texto analítico, mas sim descritivo. Das 4 colunas de página inteira disponibilizadas para a matéria, 3 ½ apresentam os artigos e incisos da nova lei. Acreditamos que esta seja uma estratégia de publicação, garantindo o destaque ao fato, já que se trata de modificação das leis que afetam a estrutura do governo, pois apresenta novo cerceamento do poder Legislativo e aumento do poder da Instituição Militar, militarizando ainda mais o poder executivo.

Totalidade da matéria



Recorte da 1ª. coluna



A intenção do jornal, na publicação desta ou de qualquer matéria não será foco de discussão, mas nos interessa perceber os interstícios dos textos, na composição de seu conteúdo e de seu discurso e por isto acompanhamos o processo de apropriação na passagem da informação jornalística para a informação institucional.

(...) o estilo é o homem, dizem; mas poderíamos dizer: o estilo é pelo menos duas pessoas ou, mais precisamente, uma pessoa mais seu grupo social na forma do seu representante autorizado, o ouvinte – o participante na fala interior e exterior de uma pessoa (...). Ao afirmar que o estilo está indissociavelmente vinculado a unidades temáticas determinadas e, o que é particularmente importante, a unidades composicionais (...) vai considerar que o estilo também depende do tipo de relação existente entre o locutor e os outros parceiros da comunicação verbal, ou seja, o ouvinte, o leitor, o interlocutor próximo e o imaginado (o real e o presumido), o discurso do outro etc. (BAKHTIN, 2005, p.83-89)

Neste espaço limítrofe de ação, o jornal usará do recurso discursivo para

4- 20.C.043- 001, doc.34,
BI 229, 02/10/69.

apresentar sua posição. Assim, inicia o texto com a frase “Profundas modificações foram introduzidas (...)”. O adjetivo incita à leitura, pois indica modificações de impacto. Na sequência, destaca o fato da exclusão de alínea C do artigo 146 que dava ao Congresso o poder de apreciação das medidas complementares. Isto parece um detalhe, mas a leitura integral do artigo não levaria à percepção desta mudança, justamente por ser um processo de exclusão. Assim, o discurso construído desta forma indica a importância dada pelo jornal à perda de prerrogativa do Legislativo, já que é o primeiro aspecto destacado após a indicação de novos dispositivos no decreto-lei. Ao mesmo tempo em que a matéria não estabelece nenhuma crítica ou comentário, consegue destacar certa desaprovação à diminuição da ação do Congresso. Age imbuído das referências liberais que constituem o jornal e dirige-se a um público que referenda a preocupação com o poder legal e legitimado.

Este mesmo detalhe, valorizado neste espaço de mediação, é esquecido no outro processo de mediação, que é o da constituição da informação institucional. Já indicamos que os órgãos de informação constituíam grande parte de suas informações internas a partir da informação jornalística. Abaixo apresentamos a nova composição discursiva estruturada com a informação do artigo acima destacado:

Tema Política, sub-tema Política Administrativa:

Profundas modificações foram introduzidas na reforma administrativa, pelo decreto-lei 900, datado de 29 de setembro último, ontem divulgado pela Presidência da República.

De acordo com os novos dispositivos, numerosos artigos do decreto-lei no. 200, que, no governo Castelo Branco, instituiu a aludida reforma, foram modificados e outros suprimidos.

Na parte relativa aos ministérios militares as modificações estendem-se à Marinha e à Aeronáutica, cujos titulares passam a ser os comandantes superiores das respectivas armas. O chefe do Estado-Maior da Armada terá também o comando do controle naval do tráfego marítimo. Ao ministério da Aeronáutica cumprirá, entre outros objetivos, traçar diretrizes para a política aero-espacial nacional, e supervisionar a aviação civil. (TODOS).⁴

O texto destaca, apenas, os aspectos que dizem respeito às Forças Armadas. O parágrafo original, que citava a supressão do artigo foi também suprimido. Bakhtin demonstra que “quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância desse estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, mas destruímos e renovamos o próprio gênero”. (BAKHTIN *Apud* BRAIT, 2005, p. 33). Assim, o mesmo se dirige a novo público, constituído por militares e membros civis do Aparato Repressivo, que não professam necessariamente a ideologia liberal ou, se o fazem, têm como premissa anterior resquícios do pensamento positivista, regados de ideologia autoritária. Ao mesmo tempo em que se processa um novo discurso, articulado na relação enunciador – público, há a manutenção do entendimento de que se trata de informação jornalística, tal qual foi produzida no primeiro meio. Qual o sentido deste procedimento?

A nosso ver, aponta para a construção de um discurso que se buscava homogêneo e que visava sua confirmação

hegemônica. Os Boletins Informativos eram dirigidos aos próprios agentes e membros do Aparato Repressivo. Constituía informação para alimentar o diálogo e os ideários de seus membros, visando alimentar a estruturação de um discurso de radicalização, radicalização esta que se processava neste momento. Aqui, a informação jornalística foi apropriada e reelaborada e se mostrava essencial pois, primeiro, era a fala de um outro, não membro do Aparato Repressivo; segundo, era uma fala continuamente legitimada pela própria sociedade, por se apresentar de modo objetivo e imparcial, tornando-se inquestionável e por fim, por ser o campo da visibilidade pública.

De 1970 a 1973 a documentação institucional sofre nova reformulação e os Boletins Informativos são substituídos pela produção de apostilas denominadas Apostila do Comunismo Internacional focando, como o próprio título indica, no discurso comunista. As matérias jornalísticas continuarão a constituir informação nesta nova tipologia, através do arquivamento de matérias

dos jornais que discutam ou apresentem questões relativas, direta ou indiretamente, ao comunismo. No momento em que a ditadura passa ao processo de distensão, iniciado com o governo Geisel, a produção documental volta aos padrões anteriores à 1969 e voltamos a encontrar bom número de artigos, de temáticas variadas, de jornais arquivados nas pastas de comunicação destes órgãos, focados agora, prioritariamente na observação de grupos, sejam organizações partidárias, sindicais ou empresariais. Isto nos mostra como a informação jornalística sempre foi fundamental para a constituição da informação institucional, esta necessária ao controle social para a efetivação de seu projeto político. Procuramos demonstrar que a apropriação desta informação atendeu a diferentes intenções, que não diziam respeito, apenas, ao conteúdo da informação, mas também ao âmbito discursivo e à capacidade de visibilidade e articulação com a esfera pública.

Referências bibliográficas

(A) Fontes:

- . DOSSIÊ 20.C.043 _ 57 pastas.
- . DOSSIÊ 20.C.002 _ 12 pastas
- . DOSSIÊ 21.Z.014_ 148 pastas
- . DOSSIÊ 20.C.044_ 242 pastas
- .ARQUIVO PESSOAL DO DELEGADO BEL EDISON REIS LONGHI.

Este arquivo foi gentilmente cedido pela família à autora. Este delegado era professor da Academia de Polícia na cadeira de “Telecomunicações e Sistemas Operacionais” e membro da polícia civil, situado no DICOM- Divisão de Comunicação.

(B) Livros e Artigos:

ABREU, Alzira Alves de (et alli). **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro**, RJ,n Editora
252

